

## ÍNDICE GERAL

SIGLAS	9
NOTA PRÉVIA À 6ª EDIÇÃO	11
PARTE INTRODUTÓRIA – O PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	13
§1 O Direito da insolvência	13
§2 O processo de insolvência	14
§3 Fontes	17
§4 Ordem de sequência	18
PARTE I – PRESSUPOSTOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	19
§1 Pressuposto subjetivo	19
§2 Pressuposto objetivo	21
1. A insolvência do devedor	22
2. A insolvência de entes especiais	23
3. A insolvência iminente	25
4. Os índices da situação de insolvência	27
PARTE II – A FASE DECLARATIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	31
§1 Aspectos gerais	31
§2 Legitimidade ativa	32
1. O devedor	32
2. Os responsáveis legais, os credores e o Ministério Público	35
3. O administrador judicial provisório	38
§3 Petição inicial	38
1. Requisitos	39
1.1. Pedido apresentado pelo devedor	39
1.2. Pedido apresentado por outros legitimados	39
2. Apreciação liminar do pedido de declaração de insolvência	40

2.1. Indeferimento liminar do pedido	40	§3 A comissão de credores	77
2.2. Despacho de correção de vícios	41	1. Nomeação	77
2.3. Declaração imediata de insolvência	41	1.1. Nomeação pelo juiz	77
2.4. Despacho de citação	42	1.2. Intervenção da assembleia de credores	78
2.4.1. Regime jurídico	42	2. Funções, poderes e funcionamento	78
2.4.2. Efeitos	43	3. Responsabilidade dos seus membros	79
§4 Oposição do devedor	45		
§5 Audiência de discussão e julgamento	46	PARTE IV – OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA	81
§6 Sentença de declaração de insolvência	47	§1 Efeitos sobre o devedor e outras pessoas	82
1. Conteúdo	47	1. Efeitos automáticos	83
1.1. Conteúdo-regra	47	1.1. Efeitos pessoais	84
1.2. Casos especiais	49	1.1.1. Dever de apresentação	84
1.2.1. A insuficiência da massa insolvente	49	1.1.2. Dever de informação e de colaboração	85
1.2.2. O plano de pagamentos	51	1.1.3. Fixação de residência	85
2. Notificação e citação	51	1.1.4. Efeitos jurídico-familiares	88
3. Registo	53	1.1.4.1. O exercício do cargo de tutor, curador, vogal do conselho de família e protutor ou subcurador	89
4. Meios de reação	53	1.1.4.2. O exercício do cargo de administrador de bens	90
4.1. Oposição de embargos	54	1.1.4.3. O caso particular do exercício das responsabilidades parentais	91
4.1.1. Legitimidade ativa	54	1.1.5. Efeitos jurídico-políticos	92
4.1.2. Processamento	54	1.2. Efeitos patrimoniais. A privação dos poderes de disposição e de administração	93
4.2. Recurso	55	1.2.1. Âmbito de aplicação	95
§7 Sentença de indeferimento do pedido de declaração de insolvência	57	1.2.1.1. Âmbito subjetivo	95
1. Notificação, publicação e registo	57	1.2.1.2. Âmbito objetivo	95
2. Impugnação	57	1.2.1.3. Âmbito funcional	99
3. Responsabilidade por pedido infundado	57	1.2.2. Suprimento	102
		1.2.3. Violação	104
PARTE III – OS ÓRGÃOS DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA	59	1.2.4. Pagamento de dívidas à massa	107
§1 O administrador da insolvência	59	1.2.5. Desvios	108
1. Nomeação e destituição	59	1.2.6. Natureza jurídica	109
2. Estatuto e funções	63	1.3. Efeitos sobre os órgãos sociais do devedor	115
3. Remuneração	65	2. Efeitos eventuais	115
4. Dever de informação e de prestação de contas	67	2.1. Direito a alimentos	116
5. Responsabilidade	69	2.2. Efeitos jurídico-penais	122
§2 A assembleia de credores	70	2.2.1. O crime de insolvência dolosa	123
1. Composição	70	2.2.2. O crime de frustração de créditos	125
2. Convocação e funcionamento	71	2.2.3. O crime de insolvência negligente	125
3. Direito de voto	72	2.2.4. O crime de favorecimento de credores	126
4. Deliberações	73	2.3. Efeitos dependentes da qualificação da insolvência	127
5. Poderes e funções	74	2.3.1. Introdução	127
6. A assembleia de apreciação do relatório	74		
6.1. Função	74		
6.2. Dispensa da sua realização	75		

2.3.2. Insolvência culposa	128	7. O Direito Internacional	170
2.3.2.1. Noção	128	§3 Efeitos sobre os créditos	171
2.3.2.2. Presunções legais	129	1. Vencimento imediato de dívidas	171
2.3.2.2.1. As presunções do nº 2 do artigo 186º	129	2. Compensação	172
2.3.2.2.2. As presunções do nº 3 do artigo 186º	132	3. Prazos de prescrição e de caducidade	174
2.3.3. Efeitos da qualificação da insolvência como culposa	134	4. Contagem de juros	174
2.3.3.1. Introdução	134	§4 Efeitos sobre os negócios em curso	175
2.3.3.2. Inibição para administrar património de terceiro	135	1. Princípio geral	175
2.3.3.2.1. Regime jurídico	135	1.1. Âmbito de aplicação	175
2.3.3.2.2. Consequências da sua violação	136	1.2. Regime jurídico	177
2.3.3.3. Inibição para o exercício do comércio	136	1.2.1. Enquadramento legal	177
2.3.3.4. Obrigação de indemnizar	140	1.2.2. As opções do administrador da insolvência	178
2.3.3.4.1. Regime jurídico	140	2. Prestação de coisas infungíveis e prestações fracionadas	180
2.3.3.4.2. Responsabilidade societária <i>versus</i> responsabilidade insolvencial	143	3. Venda com reserva de propriedade e operações semelhantes	181
2.3.3.5. Inabilitação	143	3.1. Insolvência do vendedor ou locador	181
2.3.3.5.1. Regime jurídico	143	3.2. Insolvência do comprador ou locatário	181
2.3.3.5.2. Inconstitucionalidade	146	4. Venda sem entrega	182
2.3.4. O incidente pleno de qualificação	148	5. Promessa de contrato	183
2.3.4.1. Tramitação	148	5.1. Regime jurídico	183
2.3.4.1.1. Abertura do incidente na sentença declarativa de insolvência	148	5.2. Insolvência do promitente-vendedor nas promessas obrigacionais com <i>traditio</i>	185
2.3.4.1.2. Abertura ulterior do incidente	149	5.2.1. A questão	185
2.3.4.1.3. Tramitação subsequente	150	5.2.2. O Acórdão Uniformizador de Jurisprudência nº 4/2014	187
2.3.4.2. Efeitos	153	6. Operações a prazo	189
2.3.5. O incidente limitado de qualificação	154	7. Contrato de locação	190
2.3.5.1. Âmbito de aplicação	154	7.1. Insolvência do locatário	190
2.3.5.2. Tramitação	154	7.2. Insolvência do locador	192
2.3.5.3. Efeitos	155	8. Contratos de mandato e de gestão	195
2.3.6. Possibilidade de convolução do incidente limitado em incidente pleno e vice-versa	156	9. Contrato de prestação duradoura de serviço	197
§2 Efeitos processuais externos da declaração de insolvência	156	10. Procurações	197
1. Introdução	156	11. Contrato de trabalho	198
2. Os efeitos sobre as ações declarativas	157	11.1. A insolvência do trabalhador	198
2.1. O destino das ações	157	11.2. A insolvência do empregador	198
2.1.1. Regime jurídico	157	12. Cessão e penhor de créditos futuros	202
2.1.2. O Acórdão Uniformizador nº 1/2014	158	13. Contas correntes	202
2.2. A substituição processual do insolvente	161	14. Associação em participação	204
3. Os efeitos sobre as ações executivas	163	15. Agrupamento complementar de empresas e agrupamento europeu de interesse económico	208
4. Os efeitos sobre as convenções arbitrais	167	16. Imperatividade	210
5. Os efeitos sobre as dívidas da massa insolvente	160	§5 Resolução em benefício da massa insolvente e impugnação pauliana	210
6. Os efeitos sobre as ações previstas no art. 82.º	169	1. Considerações preliminares	210
		2. Resolução condicional	212

3. Resolução incondicional	214	6.2. Administração pelo devedor	256
4. Forma de resolução e prescrição	216	6.2.1. Requisitos	256
5. Oponibilidade a terceiros	217	6.2.2. Poderes do devedor	258
6. Impugnação	217	6.2.3. Outros efeitos da administração pelo devedor	259
7. Efeitos	218	6.2.4. Termo da administração	260
8. Impugnação pauliana	219	7. Liquidação	260
§6 Cessaçã dos efeitos da declaração de insolvência	220	7.1. Considerações prévias	260
<b>PARTE V – A FASE EXECUTIVA DO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA</b>	223	7.2. Momento processual	261
§1 Considerações prévias	223	7.2.1. Trânsito em julgado da sentença	262
§2 Verificação e graduação dos créditos	224	7.2.2. Assembleia de credores de apreciação do relatório	262
1. Noções gerais	224	7.3. Casos em que não há liquidação	262
2. O apenso de verificação e graduação dos créditos	225	7.3.1. Dispensa da liquidação	263
2.1. Reclamação dos créditos	225	7.3.2. Interrupção da liquidação	263
2.1.1. Créditos reclamáveis	225	7.3.3. Suspensão da liquidação	264
2.1.2. Tramitação	227	7.3.4. Isenção de liquidação	264
2.1.3. Lista de credores	229	7.4. Procedimento	265
2.1.4. Impugnação da lista de credores reconhecidos	230	7.5. Casos especiais	267
2.2. Saneamento do processo	232	7.5.1. Necessidade de consentimento	267
2.3. Instrução	233	7.5.2. Alienação da empresa	269
2.4. Julgamento	234	7.5.3. Alienação de bens objeto de garantia real	270
2.4.1. Sentença de verificação e graduação dos créditos	234	§4 Pagamento	272
2.4.2. Os créditos sobre a massa	237	1. Dívidas da massa insolvente	272
2.4.3. Os créditos sobre a insolvência	239	2. Créditos sobre a insolvência	273
2.4.3.1. Os créditos garantidos	239	2.1. Considerações gerais	273
2.4.3.2. Os créditos privilegiados	242	2.2. Créditos garantidos	273
2.4.3.3. Os créditos comuns	243	2.3. Créditos privilegiados	274
2.4.3.4. Os créditos subordinados	243	2.4. Créditos comuns	274
2.4.3.4.1. As pessoas especialmente relacionadas com o devedor	244	2.5. Créditos subordinados	275
2.4.3.4.2. Os juros	246	3. Rateio final	275
2.4.3.4.3. A subordinação convencional	247	4. Casos especiais	275
2.4.3.4.4. Outros créditos subordinados	247	4.1. As obrigações sob condição suspensiva	276
3. O apenso de verificação ulterior de créditos	248	4.2. As obrigações sob condição resolutive	277
§3 A massa insolvente	251	<b>PARTE VI – CASOS ESPECIAIS</b>	279
1. Noção	251	§1 Considerações preliminares	279
2. Objeto	251	§2 O processo especial de revitalização	279
3. Função	254	1. Breve conspecto	279
4. Providências conservatórias	254	2. Âmbito de aplicação	280
5. Inventário	255	3. Tramitação	281
6. Administração	255	3.1. Requerimento	281
6.1. Princípio geral	255	3.2. Despacho de admissão	281
		3.3. Lista de créditos	283

3.4. Negociações	284	3.12. Providências específicas de sociedades comerciais	317
3.5. Conteúdo do plano	285	3.13. Créditos fiscais	318
3.6. Aprovação do plano de recuperação	285	§4 Disposições específicas da insolvência de pessoas singulares	320
3.6.1. Direito de voto	285	1. Considerações preliminares	320
3.6.2. Não aprovação do plano	286	2. Exoneração do passivo restante	320
3.6.3. Aprovação do plano	287	2.1. Noções introdutórias	320
3.7. Homologação do plano de recuperação	288	2.2. Pressupostos	321
4. Processo especial de revitalização <i>versus</i> processo de insolvência	288	2.3. Tramitação	323
5. Homologação de acordos extrajudiciais	289	2.3.1. Requerimento	323
§3 O plano de insolvência	291	2.3.2. Despacho inicial	324
1. Noções gerais	291	2.3.2.1. Cessão do rendimento disponível	325
2. Âmbito subjetivo	292	2.3.2.2. Obrigações do devedor	327
3. Tramitação	292	2.3.2.3. Cessação antecipada do procedimento de exoneração	328
3.1. Legitimidade ativa	292	2.3.3. Despacho final	329
3.1.1. O administrador da insolvência	293	3. Os devedores não empresários ou titulares de pequenas empresas	330
3.1.2. O devedor	294	3.1. Âmbito de aplicação	330
3.1.3. Os credores	295	3.2. Regime jurídico	331
3.1.4. Os responsáveis legais	296	3.2.1. O plano de pagamentos aos credores	331
3.2. Conteúdo	296	3.2.1.1. Tramitação	321
3.2.1. Breve conspecto	296	3.2.1.2. Aprovação	333
3.2.2. O novo paradigma da recuperação	297	3.2.1.3. Homologação	334
3.3. Oportunidade	298	3.2.1.4. Efeitos	335
3.4. Admissão da proposta	299	3.2.2. A insolvência de ambos os cônjuges	336
3.4.1. Considerações prévias	299	§5 Benefícios fiscais	338
3.4.2. Violação dos preceitos sobre legitimidade e conteúdo	299	PARTE VII – ENCERRAMENTO DO PROCESSO	341
3.4.3. Manifesta inverossimilhança da aprovação ou da posterior homologação do plano de insolvência	300	§1 Âmbito de aplicação	341
3.4.4. Manifesta inexecutabilidade do plano	301	§2 Publicidade	342
3.5. Oposição do administrador da insolvência	301	§3 Efeitos	342
3.6. Termos subsequentes	302	PARTE VIII – O DIREITO INTERNACIONAL	345
3.7. Aprovação	304	§1 Considerações preliminares	345
3.7.1. Considerações prévias	304	§2 O Direito Europeu	346
3.7.2. Quórum constitutivo	305	1. Aspectos gerais	346
3.7.3. Quórum deliberativo	307	2. Âmbito de aplicação	347
3.8. Homologação	308	§3 O Direito Internacional Privado	348
3.8.1. Considerações preliminares	308	PARTE IX – O SISTEMA DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR VIA EXTRAJUDICIAL	351
3.8.2. Não homologação oficiosa	308	§1 Considerações prévias	351
3.8.3. Não homologação a solicitação dos interessados	310	§2 Pressupostos	352
3.8.4. Efeitos	312		
3.9. Incumprimento	314		
3.10. Fiscalização	314		
3.11. Providências	316		

§3 Tramitação	352
1. Requerimento	352
2. apreciação liminar	354
3. Negociações	355
§4 Acordo	356
§5 Participação da Fazenda Pública e da Segurança Social	358
§6 Extinção do procedimento	359
§7 SIREVE <i>versus</i> processo de insolvência	359
§8 SIREVE <i>versus</i> processo especial de revitalização	361
BIBLIOGRAFIA	363
ÍNDICE DE ASSUNTOS	373